



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 14/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação da empresa Amyr Klink Projetos Especiais Ltda para a realização de uma Palestra com duração de uma hora, em formato telepresencial síncrono, a ser proferida pelo empresário e navegador Amyr Klink, experiente em aventuras de travessias oceânicas, realizou inúmeras viagens intercontinentais, com explorações até para a Antártica, dentre outras travessias.

A atividade será realizada no dia 11 de dezembro de 2020, às 16h, no horário local (17h no horário de Brasília) para a participação de todos os servidores da capital e interior do estado, como conteúdo de encerramento do evento Avaliação das Eleições Municipais de 2020, conforme proposta da empresa contratada.

2.1 Dados da instituição promotora:

Razão Social: Amyr Klink Projetos Especiais Ltda.

CNPJ: 02.927.827/0001-70

Endereço: Rua Ubaira, 8, Moema, CEP 04517.140- São Paulo-SP

Contato: Soraya Silva

E-mail: palestra@amyrklink.com.br

Dados Bancários: 237 – Banco Bradesco S/A Agência 1184-3C/C 1620-4



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Liderança e Protagonismo (título definitivo a ser definido em reunião privativa com o palestrante).

2.3. PÚBLICO-ALVO

Todos os servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

3 - JUSTIFICATIVA:

Amyr Klink é uma lenda da navegação. Experiente em aventuras de travessias oceânicas, autor de 6 livros com mais de um milhão de exemplares vendidos e colaborador do livro "Capotar é Preciso" do professor Armando Oliveira, no qual discorre sobre gerenciamento de projetos. Amyr é empresário na área náutica e de construção de domos geodésicos. Dentre seus feitos, realizou inúmeras viagens intercontinentais, com 22 explorações para a Antártica, dentre outras travessias. Seu maior feito foi a travessia a remo do Oceano Atlântico, há 30 anos, feito ainda não igualado por qualquer navegador. Sua capacidade de planejamento e execução, correção de falhas durante as jornadas, liderança e comando diante de riscos nos trarão imensos aprendizados. Será um momento de identificação de nossas equipes com as atividades eleitorais que, guardadas as proporções, possuem as mesmas necessidades de liderança.

3.1. Da inexigibilidade de Licitação:

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.

3.1.1. Da singularidade do serviço:

O palestrante, como demonstrado em seu currículo, possui notório saber nas áreas de projetos, riscos, estratégia, navegação, dentre outras, sendo inegável a sua qualidade como palestrante, após mais de 2.500 eventos dos quais participou.

A singularidade do objeto é caracterizada pela personalização dada ao conteúdo de sua palestra, que será direcionada especificamente ao público deste Regional.

3.2. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor.

4 – DO VALOR

O valor a ser contratado é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

Para comprovação de compatibilidade do valor proposto com os praticados pela empresa para o mercado, solicitamos o envio de Notas Fiscais de palestras realizadas em 2019 e 2020, registradas nos eventos [0629412](#) e [0629629](#), cujos valores resultaram em uma média de R\$ 23.071,42 (vinte e três mil setenta e um reais e quarenta e dois centavos). Sendo o valor proposto **compatível** com o praticado tanto para empresas privadas quanto para organizações públicas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	ERO TREINA
VALOR	R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

6- DO PAGAMENTO

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

7- DO CONTRATO

O contrato, no caso do presente Projeto Básico, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Disponibilizar equipamentos e demais insumos necessários para acesso dos servidores à palestra, por se tratar de capacitação no modelo telepresencial, pela internet;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
3. Definir, juntamente com o palestrante, os temas a serem abordados, horários e tecnologias a serem utilizadas;
4. Garantir a disponibilidade do público-alvo no horário definido para o evento;
5. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização da Palestra, conforme descrito na proposta em anexo ([0616804](#)), no dia 11/12/2020, às 16h no horário local, 17h no horário de Brasília;
2. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;
3. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 7, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

11 – DAS GARANTIAS

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático no dia 11/12/2020.

13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
 - a) a confirmação do evento no prazo definido;
 - b) a regularidade fiscal da empresa;
 - c) a definição de tema, juntamente com o palestrante.
2. Durante a execução do evento verifica-se:
 - a) a presença do instrutor;
 - b) o cumprimento dos horários;
 - c) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:
 - a) o cumprimento da carga-horária;
 - b) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

14 – DOS ANEXOS

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos: [0617445](#), [0617443](#), [0617441](#) e [0617444](#)) portanto apta a contratar com a Administração Pública.

b) Proposta (Evento: [0616804](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO PONTES**

MOURA, Coordenador(a), em 25/11/2020, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002917-32.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COEDE

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE – CURSO *IN COMPANY* – Palestra com Amyr Klink.

PARECER JURÍDICO Nº 262 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES ([0616676](#)) com **objetivo de contratação especializada para a realização de uma Palestra de fechamento do evento "Avaliações das Eleições 2020"** que acontecerá no período de 09 à 11/12/2020, para todos os servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

02. A Solicitação de Contratação 2 ([0616725](#)), na qual consta como unidade solicitante e demandante a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE e os pedidos de elaboração do estudo técnico preliminar e do projeto básico para a pretensa contratação, foi autorizada pela secretária em substituição da SAOFC no Despacho nº 2017/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0617047](#)).

03. Com isso a COEDE elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação ([0616805](#)) e seu respectivo Projeto Básico nº 8/2020 – PRES/DG/SGP/COEDE, definindo como seu objeto a contratação da empresa **AMYR KLINK PROJETOS ESPECIAIS LTDA**, CNPJ nº 02.927.827/0001-70, para a realização de uma palestra, na modalidade *on line* (ao vivo), proferida pelo empresário e navegador Amyr Klink, para todos os servidores, com carga horária de uma hora, nos dias 11/12/2020 às 16h, no horário local, como conteúdo de encerramento do evento Avaliação das Eleições Municipais de 2020.

04. Para instruir o feito, juntou-se aos autos a proposta da palestra elaborada pela empresa citada ([0616804](#)), regularidade fiscal da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresa promotora do evento junto ao FGTS ([0617443](#)), Receita Federal ([0617445](#)), Justiça do Trabalho ([0617444](#)) e CNJ ([0617441](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública.

05. Verifica-se que consta, no referido Projeto Básico 8 ([0617850](#) e [0618591](#)), a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as sanções administrativas, dispensa de garantia, prazo de execução, indicação da COEDE para gestão e fiscalização da contratação e descrição dos anexos, documentos de regularidade fiscal e proposta da empresa. Além disso, conforme item 4 do referido PB, dimensionou-se o valor total da contratação em **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais).

06. O secretário da SGP dá continuidade ao aludido procedimento, remetendo os autos à SAOFC (Despacho nº 359/2020 – PRES/DG/SGP/GABSGP - [0619214](#)). Por ora, a secretária em substituição da SAOFC encaminha os autos à COMAP, para análise do Projeto Básico 8/2020 – PRES/DG/SGP/COEDE ([0617850](#)), à COFC para programação orçamentária, e a esta AJDG para emissão de parecer jurídico, conforme Despacho nº 2066/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSSAOFC ([0619287](#)).

07. A COFC procedeu a Programação Orçamentária no valor de em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), indicando o Pré-Empenho nº 2020PE0000300, para custear a futura demanda da unidade, oportunidade na qual informou estar a despesa pretendida pela Administração adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0619861](#)).

08. A SEDES encaminhou, por e-mail ([0619899](#)), o Projeto Básico para ciência ao representante da empresa proponente que atestou sua concordância ao referido documento, conforme e-mail constante no evento ([0620372](#)).

09. A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação de Projeto Básico e Termo de Referência neste órgão, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO nº 004/2008, em análise formal, verificou que o PB, complementado pela proposta da empresa, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei nº 8.666/93, ao tempo que se manifestou, caso a Autoridade Superior aprove o Projeto Básico, pela adjudicação do objeto à proponente ([0621819](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Na Remessa nº 432 ([0622067](#)), a Coordenadora da COMAP direciona os autos a COFC para programação orçamentária da possível despesa e a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico.

11. Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

II - ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13 VI DA LEI Nº 8.666/93.

12. A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (sem grifo no original).

13. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

14. Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração a contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (sem grifo no original).

15. Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: a) **natureza singular**; b) **prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

16. Quanto à **singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

17. Sobre este requisito, veja-se a lição de **Jacoby**:

Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma. (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596)

18. E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (**Acórdão TCU nº 1568/2003 – 1ª Câmara**):

(...) A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se exigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

19. Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões do TCU caminham no sentido da demonstração da singularidade, tão somente para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fosse, há nos autos comprovação da **notória especialização da empresa a ser contratada** atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei nº 8.666/93**, *verbis*:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

20. Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do TCU, todas exigindo a demonstração de ambos os requisitos, *vg*:

Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:

1.6 - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a inviabilidade de competição.

21. Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

EMENTA: ACÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (sem grifo no original).

2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666/93.

22. Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei nº 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; e **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

23. As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor e a justificativa do preço são obrigatórias, estando apenas a primeira satisfatoriamente indicada no Projeto Básico (0617850)**, já que, com relação à justificativa de preço/valor (item 4), não há parâmetros para saber se o valor cobrado está de acordo com aqueles praticados no mercado, ou seja, em contratações similares.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. Neste particular, a justificativa de preço necessita de demonstração de equivalência do valor cobrado para este Tribunal com os valores praticados pela futura contratada em outros ajustes firmados que tenham o mesmo objeto ou objeto similar. Nesse sentido, veja-se o que dispõe a Orientação Normativa nº 17, da AGU, *verbis*:

a razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos. (Alterada pela Portaria AGU nº 572/2011, publicada no DOU I 14.12.2011.)

25. Assim, conquanto não esteja constando no próprio PB, nada impede que tal requisito seja indicado satisfatoriamente no presente processo de contratação desde que antes da aprovação do referido Projeto Básico.

III - CONCLUSÃO

26. Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui pela possibilidade da **contratação direta com a empresa Amyr Klink Projetos Especiais Ltda., CNPJ: 02.927.827/0001-70**, para a realização da PALESTRA com o empresário e navegador Amyr Klink, na modalidade *on line* (ao vivo), para todos servidores, com carga horária de uma hora, com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei nº 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU nº 439/1998-Plenário**.

27. Por sua vez, observa-se que o **Projeto Básico nº 8/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/ (0617850)**, no que lhe é aplicável, atende às disposições do **art. 6º, inciso IX e alíneas, da Lei nº 8.666/93**, podendo ser levado à aprovação da autoridade superior competente, para os efeitos do **art. 7º, § 2º, I e § 9º**, do mesmo diploma legal, **desde que sanadas as exigências constantes nos itens 23 a 25 acima.**

28. Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, instrumento **idôneo e suficiente** para regular a relação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada - ato já demonstrado nos autos ([0620372](#)).

29. Por fim, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal (Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. II c/c Lei 14.065, de 30 de setembro de 2020). Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

Submete-se à consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 24/11/2020, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 24/11/2020, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002917-32.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

ASSUNTO: Contratação da empresa para a realização de curso *in company* – "Palestra com Amyr Klink".

DESPACHO Nº 1966 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES ([0616676](#)) com **objetivo de contratação da empresa AMYR KLINK PROJETOS ESPECIAIS LTDA. para a realização de Palestra de fechamento do evento "Avaliações das Eleições 2020"** que acontecerá no dia 4/12/2020 às 16 horas no horário local (17h no horário de Brasília), para todos os servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conforme Informação 0630936.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 3 ([0616805](#)).

O objeto do evento e a data encontram-se descritos no Projeto Básico n. 8/2020 - COEDE ([0617850](#)), alterada posteriormente, pela COEDE, conforme Informação 179 ([0630936](#)). Dimensionou-se o valor total da contratação em **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, conforme item 5 do referido Projeto Básico.

Para instruir o feito, juntou-se aos autos a proposta da palestra *on line* elaborada pela empresa citada ([0616804](#)), regularidade fiscal com o FGTS ([0617443](#)), Receita Federal ([0617445](#)), Justiça do Trabalho ([0617444](#)) e CNJ ([0617441](#)), demonstrando estar apta para contratar com a administração pública.

A SGP encaminhou os autos à SAOFC, para análise do Projeto Básico ([0619214](#)).

Em atendimento ao Despacho nº 2066/2020-SAOFC ([0619287](#)), a Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico em questão e pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0621819](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para custear a despesa ([0619861](#)).

Assim instruídos, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral que, através do Parecer Jurídico nº 262/2020 ([0628443](#)), opinou pela possibilidade de formalização de contratação direta com **a empresa Amyr Klink Projetos Especiais Ltda., CNPJ n. 02.927.827/0001-70**, para a realização da palestra do navegador Amyr Klink, na modalidade *on line* (ao vivo), para todos servidores, com carga horária de uma hora, por inexigibilidade de licitação; pela regularidade do Projeto Básico, **desde que sanadas as exigências constantes nos itens 23 a 25 do parecer**; e pela desnecessidade de publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, com base no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário e na Orientação Normativa n. 34/2011, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Por fim, registrou a possibilidade de ser **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, instrumento **idôneo e suficiente** para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada - ato já demonstrado nos autos ([0620372](#)).

Em atendimento aos itens 23 a 25 do Parecer Jurídico nº 262/2020 ([0628443](#)), a COEDE juntou a Informação n. 177 ([0629630](#)) e o Projeto Básico n. 14/2020 - COEDE ([0629947](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação, com fulcro no inc. IX do art. 57 da Res. TRE/RO nº 06/2015, e se manifestou pela aprovação do Projeto Básico, pela autorização da despesa, por inexigibilidade de licitação e publicação do ato tanto no Diário Oficial da União- DOU, quanto no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em homenagem ao Princípio da Publicidade, com fulcro no art. 37 da CF/88 ([0629987](#)).

Verifica-se que os autos foram devidamente instruídos.

Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do **Acórdão TCU n. 1568/2003 – 1ª Câmara**, com fundamento no art. 25, inc. II c/c o inciso VI do artigo 13, ambos da Lei Geral de Licitações.

Além disso, também está demonstrada a **comprovação da notória especialização da empresa a ser contratada**, atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93**.

Observa-se que o evento está de acordo com o alinhamento dos objetivos estratégicos do TRE-RO, pois essa capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor., conforme justificado pela COEDE no item 3 do Projeto Básico.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC, descrita no artigo 25, II, da Lei n. 8.666/93, e

1 - Aprova o ETP nº 3/2020 - COEDE ([0616805](#)) e o Projeto Básico nº 14/2020 - COEDE ([0629947](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, IX e alíneas, art. 7º, inc. I, e art. 14, todos da Lei n. 8.666/93;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2 - Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II c/c o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93, nos termos ainda do Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário e na Orientação Normativa n. 34/2011;

3 - Adjudica o objeto à empresa AMYR KLINK PROJETOS ESPECIAIS LTDA. (CNPJ 02.927.827/0001-70) e autoriza a emissão de Nota de Empenho em seu favor, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), condicionada à atualização da regularidade fiscal da empresa nos termos do item 13 do Projeto Básico; e

4 - Determina a publicação do ato de ratificação da inexigibilidade apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em homenagem ao princípio da publicidade.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 27/11/2020, às 10:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.